

Cardoso nega críticas a Freire

REGINA PIRES

Um telefonema do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, ao líder do Governo, Roberto Freire, ontem pela manhã, acabou com os desentendimentos entre os dois. No fim de semana, os jornais divulgaram críticas do ministro ao voto favorável de Freire ao reajuste mensal dos salários, que de acordo com Fernando Henrique, "quebra a Previdência". No telefonema, o ministro disse que "não foi bem assim" e sua atenção com o líder foi suficiente para a reaproximação. "Foi um desencontro normal", ponderou Freire, que prometeu ainda futuras alianças com o partido do ministro, o PSDB.

"Nós, socialistas e sociais-democratas, somos aliados históricos e nada impede que estreitemos nossa aliança", disse Freire. "Pela característica de ambos, o desencontro e eventuais divergências não influirão em nosso relacionamento ou no relacionamento com o governo Itamar", assegurou. O líder atribuiu a "especulações" as notícias de que o PMDB e PSDB disputam seu cargo.

"O cargo de líder passou a ter importância e causa inveja. Mas não vou me incomodar com isso", disse Freire, que não se arrepende

de ter votado a favor do reajuste mensal dos salários. "Foi um voto necessário para negociar o projeto. O confronto não é uma boa política. Não é esse o estilo do presidente Itamar".

Freire desmarcou a reunião que faria hoje, num almoço em sua casa, com líderes da Câmara e do Senado, para tratar da política salarial. Ele achou melhor deixar a iniciativa da negociação com o líder do Governo no Senado, Pedro Simon, uma vez que o projeto já saiu da Câmara. Um novo encontro só deverá acontecer, sob seu comando, depois de o projeto ter sido votado no Senado, com as emendas que deverão surgir.

O líder do Governo defendeu-se das críticas, afirmando que nunca foram aprovados tantos projetos polêmicos como agora na Câmara dos Deputados. Citou, como exemplos, a lei das patentes, o IPMF, o ajuste fiscal e a reforma agrária. Ele considerou um "fato atípico" as lideranças não terem se reunido para discutir o projeto da nova lei salarial, antes da matéria seguir para votação, assim como não terem sido propostas emendas e destaques no dia da votação, uma vez que "o texto, nem para os autores, não era para valer".